

INTERCONEXÕES: SABERES E PRÁTICAS DA GEOGRAFIA

2

**RAQUEL BALLI CURY
FERNANDA PEREIRA MARTINS
(ORGANIZADORAS)**

Atena
Editora

Ano 2020

INTERCONEXÕES: SABERES E PRÁTICAS DA GEOGRAFIA

2

**RAQUEL BALLI CURY
FERNANDA PEREIRA MARTINS
(ORGANIZADORAS)**

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Raquel Balli Cury
Fernanda Pereira Martins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

l61 Interconexões: saberes e práticas da geografia 2 /
Organizadoras Raquel Balli Cury, Fernanda Pereira
Martins. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-611-9

DOI 10.22533/at.ed.119202611

1. Geografia. 2. Interconexões. 3. Práticas. I. Cury,
Raquel Balli (Organizadora). II. Martins, Fernanda Pereira
(Organizadora). III. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

As relações que se desenvolvem no espaço geográfico são múltiplas e, complexas, abrangendo as diversas dimensões que compõem a realidade, a exemplo do contexto político, econômico, ambiental, cultural e social, e que devem ser analisados em interação.

E, assim, por ser todo homem agente transformador do espaço em que está inserido se faz necessário que ele amplie a sua consciência sobre os fatos em curso, até mesmo para que seu papel se dê de forma mais efetiva.

Para que isso aconteça é essencial oportunizar e ampliar cada vez mais o debate científico acerca do espaço geográfico, que é o objeto da Ciência Geográfica.

Nesse sentido apresentamos o segundo volume da obra “Interconexões: saberes e práticas da Geografia” no qual competentes profissionais puderam divulgar e expandir o acesso às suas pesquisas, fazendo com que esses valorosos conteúdos alcançassem estudiosos e leitores interessados em desvendar as relações que se desenvolvem no espaço geográfico.

Com competência e dedicação, os autores de cada capítulo desta obra apresentam um prolífico palco de discussões através de estudos de casos, relatos de experiências pedagógicas e revisões bibliográficas compostos por saberes associados aos mais variados caminhos da Ciência Geográfica.

Este volume está dividido em 3 momentos distintos da produção do conhecimento. Do capítulo 1 até o capítulo 5 os textos são referentes ao Ensino da Geografia, saberes e práticas. Os capítulos 6, 7 e 8 apresentam discussões que estão compreendidas no campo das Ciências Exatas e Agrárias em que se insere a Geografia Física e suas subáreas conforme Tabela de Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Do capítulo 9 até o capítulo 20, encontram-se as reflexões no campo das Ciências Humanas, onde está inserida a Geografia Humana e suas subáreas, também conforme tabela supracitada.

Dessa forma, esta coletânea de artigos ressalta a diversidade temática e metodológica da Ciência Geográfica por meio de saberes interconectados capazes de apontar perspectivas no âmbito educacional, econômico, ambiental, cultural ou social.

Esperamos que o resultado dos estudos publicados com todo zelo e cuidado pela Atena Editora, despertem a criticidade e, ao mesmo tempo, ofereçam um momento prazeroso a todos os leitores.

Raquel Balli Cury e Fernanda Pereira Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A IMPORTÂNCIA DA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) NO PROCESSO FORMATIVO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Leila Procópio do Nascimento
Felipe Terra de Oliveira Silva
Jéssica Silveira de Vasconcelos
Mateus Alves Garcia

DOI 10.22533/at.ed.1192026111

CAPÍTULO 2..... 13

APROXIMAÇÕES ENTRE GEOGRAFIA E LITERATURA INFANTIL: UMA PROPOSIÇÃO DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS SOBRE AS REGIÕES BRASILEIRAS À LUZ DA OBRA 'NA COZINHA DO CHEF BRASIL'

Leila Procópio do Nascimento
Débora Vieira da Silva
Bianca dos Santos Mondo

DOI 10.22533/at.ed.1192026112

CAPÍTULO 3..... 21

AS CATEGORIAS DE ANÁLISE EM GEOGRAFIA COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM DO CONTEÚDO DE RECURSOS HÍDRICOS

Fernanda Pereira Martins
Raquel Balli Cury
Carolina dos Santos Camargos
Renata Pereira Prates

DOI 10.22533/at.ed.1192026113

CAPÍTULO 4..... 35

GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DEMANDAS E DESAFIOS NA PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

André Luiz Bezerra da Silva

DOI 10.22533/at.ed.1192026114

CAPÍTULO 5..... 42

O CINEMA, A GEOGRAFIA E A SALA DE AULA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO DOCENTE NO COLÉGIO TÉCNICO DA UFMG

Thiago Macedo Alves de Brito

DOI 10.22533/at.ed.1192026115

CAPÍTULO 6..... 57

AIREHG: UMA EMERGÊNCIA DO SÉCULO XXI

Reginaldo Gouveia dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.1192026116

CAPÍTULO 7	72
BALANÇO HÍDRICO CLIMATOLÓGICO ANUAL DA MICRORREGIÃO DE RECIFE, PERNAMBUCO	
Gabriel Victor Silva do Nascimento	
Eberson Pessoa Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.1192026117	
CAPÍTULO 8	95
FAUNA DE ABELHAS (<i>HYMENOPTERA</i> , <i>APIDAE</i>) NO PARQUE MUNICIPAL DAS ARAUCÁRIAS, GUARAPUAVA, PR	
Glauco Nonose Negrão	
DOI 10.22533/at.ed.1192026118	
CAPÍTULO 9	105
A DEFESA DO ATLÂNTICO SUL E OS CAMPOS DE PRÉ-SAL: DESAFIOS DA GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA BRASILEIRA	
André dos Santos Alonso Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.1192026119	
CAPÍTULO 10	115
A DINÂMICA URBANA DA TUBERCULOSE EM MARINGÁ – PARANÁ – BRASIL: 2010 a 2016	
Antonio de Oliveira	
Arlêude Bortolozzi	
DOI 10.22533/at.ed.11920261110	
CAPÍTULO 11	135
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E AS DINÂMICAS IMOBILIÁRIAS EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA NO BRASIL: O CASO DE JUIZ DE FORA/MG	
Andreia de Souza Ribeiro Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.11920261111	
CAPÍTULO 12	145
A INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM NA DEFINIÇÃO DE PERCURSOS DE ECOTURISMO NO SUDOESTE DE PORTUGAL	
Teresa Lúcio Sales	
Carla Maria Rolo Antunes	
André Botequilha Carvalho Leitão	
Rosário Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.11920261112	
CAPÍTULO 13	153
ÁREAS CRÍTICAS A ACIDENTES COM TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS NO TRECHO ALAGOANO DA RODOVIA BR-101	
Esdras de Lima Andrade	
Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros	
DOI 10.22533/at.ed.11920261113	

CAPÍTULO 14	173
DA GENTRIFICAÇÃO TURÍSTICA EM LISBOA Luís Filipe Gonçalves Mendes DOI 10.22533/at.ed.11920261114	
CAPÍTULO 15	186
DAVID HARVEY: O GEÓGRAFO MAIS CITADO DO MUNDO Eliel Ribeiro dos Anjos DOI 10.22533/at.ed.11920261115	
CAPÍTULO 16	199
DEFINIÇÕES DE CIDADES MÉDIAS NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL BRASILEIRA Victor Régio da Silva Bento DOI 10.22533/at.ed.11920261116	
CAPÍTULO 17	212
IMAGEM E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: MANAUS VISTA A PARTIR DE CARTÕES POSTAIS Luana Castro da Silva Caren Michels DOI 10.22533/at.ed.11920261117	
CAPÍTULO 18	227
O AERÓDROMO MUNICIPAL DE PONTE DE SOR COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL/ REGIONAL António Oliveira das Neves Raul Jorge dos Santos Marques DOI 10.22533/at.ed.11920261118	
CAPÍTULO 19	234
SEMELHANTES, MAS DIFERENTES: ANÁLISE EXPLORATÓRIA E COMPARATIVA DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL E ITÁLIA Gonçalo Antunes Caterina Francesca Di Giovanni DOI 10.22533/at.ed.11920261119	
CAPÍTULO 20	243
TÉCNICA E CIÊNCIA COMO DISPOSITIVOS DE AÇÃO EM CONFLITO URBANO- AMBIENTAL Ana Cristina de Mello Pimentel Lourenço Luiza Pereira Machado Ruth Osório de Lima DOI 10.22533/at.ed.11920261120	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	258
ÍNDICE REMISSIVO	259

TÉCNICA E CIÊNCIA COMO DISPOSITIVOS DE AÇÃO EM CONFLITO URBANO-AMBIENTAL

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 05/10/2020

Ana Cristina de Mello Pimentel Lourenço

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/4214640680370476>

Luiza Pereira Machado

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/4743430802808331>

Ruth Osório de Lima

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/4711657368805340>

Este artigo é resultado de pesquisa realizada no âmbito do Laboratório de Estudos da Cidade: Conflitos, Imagens e Narrativas no Instituto Federal do Rio de Janeiro, Campus Maracanã.

RESUMO: O artigo aborda a forma como a técnica e a ciência envolvendo a questão ambiental inserem-se em um contexto de disputas públicas sobre a ocupação do espaço urbano, envolvendo agentes públicos e privados, estabelecendo uma correlação de forças de domínio sobre o território. Com este propósito, serão apresentados dois casos de conflito

urbano-ambiental que envolvem deslocamentos populacionais associados a justificações de cunho técnico ou científico, compondo uma trama sociopolítica composta por múltiplos sujeitos e ações, configurando as situações conflituosas. São os casos ocorridos nas comunidades da Vila Autódromo e Horto, no Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Remoção de favelas, Técnica, Ciência, Conflito urbano-ambiental.

TECHNIQUE AND SCIENCE AS ACTION DEVICES IN A URBAN-ENVIRONMENTAL CONFLICT

ABSTRACT: The article discusses how the technique and science involving the environmental issue are inserted in a context of public disputes about the occupation of the urban space, involving public and private agents, establishing a correlation of domain forces over the territory. With this purpose, three cases of urban-environmental conflict will be presented, involving population displacements associated with technical or scientific justifications, composing a socio-political fabric composed of multiple subjects and actions, configuring conflictual situations. These are the cases occurred in the communities of Vila Autódromo and Horto, in Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Slums eviction, Technique, Science, Environmental-urban conflict.

1 | INTRODUÇÃO

A questão ambiental tem, nos últimos anos, justificado a remoção de populações estabelecidas em assentamentos urbanos

na cidade do Rio de Janeiro. Localidades como Vila Autódromo e Horto, entre outras, passaram por ameaças de remoção ao longo de suas existências tendo como justificativa a não observância de determinados critérios ou o fato de causarem danos ao meio ambiente, sendo responsabilizados pelo desmatamento, pela poluição, pela sujeira e degradação ou por sua ocupação não atender a critérios de segurança, caracterizando “área de risco”. A pesquisa que resultou neste artigo foi direcionada para compreender como, em situações de conflito decorrentes de remoção, os critérios técnicos e científicos foram acionados pelos atores sociais presentes nas relações de disputa pelo espaço urbano.

A metodologia consistiu em visitas às localidades, possibilitando a leitura do espaço físico e social, a observação direta e entrevistas com os diferentes atores sociais envolvidos. Compreendeu também análise de documentos processuais, midiáticos, manifestos, planos e projetos de ação que integraram os contextos de remoção de cada localidade. Com os dados coletados, foram analisadas as tentativas de remoção de moradias em Vila Autódromo (Jacarepaguá), no Horto (Jardim Botânico). Todos estes casos têm em comum as disputas sobre o espaço físico, envolvendo ocupações espontâneas à margem do processo formal-legal, uma concepção de meio ambiente mobilizada pelos atores envolvidos, intervenções do Poder Público promovendo a desocupação da área e interesses empresariais privados.

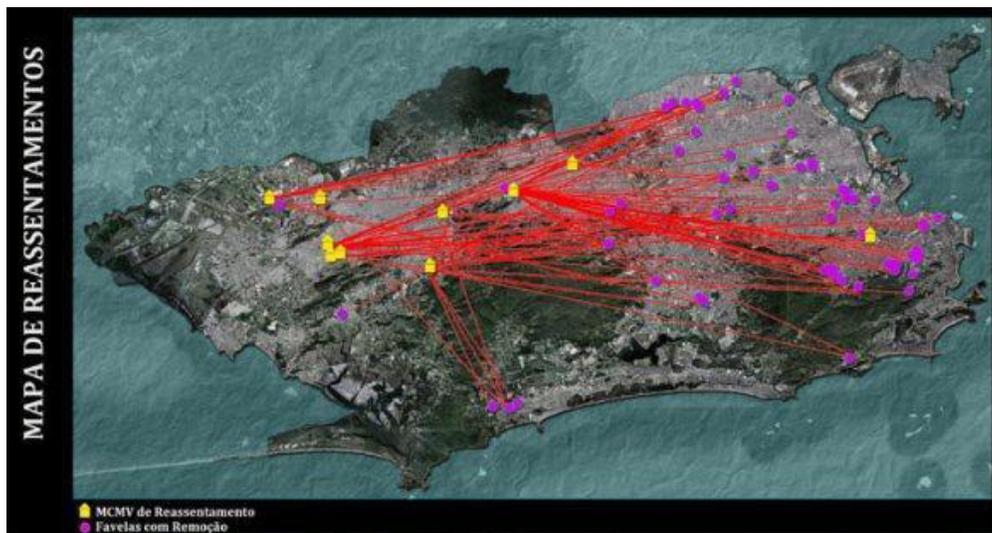
Mobilizamos neste trabalho a categoria *conflito urbano-ambiental*, usada como referência para situações de disputa pelo espaço urbano que acionam a questão ambiental justificando deslocamentos populacionais. Dessa forma, investigamos como assentamentos informais e comunidades tradicionais vêm sendo atingidos por processos de apropriação do espaço e, mais especificamente, como o meio ambiente, associado à técnica e à ciência que o definem e o normatizam, entra no debate público como argumento para remover moradores estabelecidos nessas localidades. A emissão dos laudos técnicos que justificam as remoções vêm sendo problematizadas pelos atores que questionam a sua validade, a competência técnica de quem os produziu e a desconsideração das questões sociais envolvidas no processo, como no relato abaixo:

Apresentaram um laudo a mando de algum geólogo, com argumentos sem nexos, sem estudo de campo ou pesquisa aprofundada. Não existe registro de nenhum acidente natural desde a década de 1980, quando o Pico foi revitalizado durante o governo Brizola. A proposta, que foi apresentada sem discussão, era de que as pessoas fossem removidas para outro local que a prefeitura também considera de risco, o antigo lixão. Lá seriam construídos apartamentos de 32m². Só por aí podemos ver que a preocupação não é com a nossa segurança (Vitor Lara, morador do Pico Santa Marta).¹

A realização de Megaeventos Esportivos na cidade como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 provocou a remoção de muitas localidades. Tais deslocamentos foram justificados pela realização de obras para a construção de instalações esportivas como o Parque Olímpico, a reforma do Estádio Mário Filho, o Maracanã; a construção de

1. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/o-legado-da-copa>, acessado em 5 de outubro de 2017.

infraestrutura no campo da mobilidade urbana como a modernização e expansão do metrô, construção de corredores de ônibus, obras viárias de acesso; e projetos de reestruturação urbana como o projeto Porto Maravilha, visando revitalizar a Zona Portuária. Todavia, ativistas entendiam que as obras em decorrência dos Megaeventos funcionavam como um “pretexto” para remover moradores de ocupações informais, promovendo uma “limpeza” na cidade, afastando a população de favelas para regiões mais distantes. O mapa abaixo ilustra este processo, indicando a direção dos deslocamentos, partindo das áreas mais centrais e Zona Sul da cidade, mais valorizadas, para a Zona Oeste.



Mapa 1: Deslocamentos ocorridos por intervenções urbanas no Rio de Janeiro

Fonte: Faulhauber e Azevedo, 2015.

O mapa mostra que as desapropriações e remoções tem uma lógica geográfica que destina as áreas mais valorizadas da cidade para investimentos privados com localização privilegiada, enquanto reforça a ideia de que o lugar dos pobres é na periferia, em áreas distantes e com pouca infraestrutura urbana. Dessa forma, os projetos de ordenação urbana seguiram uma lógica que diz respeito ao lugar dos pobres na cidade, daqueles que sempre estiveram à margem da ocupação formal pela aquisição da propriedade.

Experiências passadas de despejos e remoções em grande escala como as de Pereira Passos (1902-1906), Carlos Lacerda (1960-1965), Negrão de Lima (1965-1970) demonstram esta lógica de afastamento: valorização de determinadas áreas com o afastamento dos pobres e a eliminação destas áreas ocupadas com a moradia popular. Ao mesmo tempo, estas intervenções do poder público atendem às aspirações do mercado imobiliário, que tem seus terrenos valorizados e investem na construção de prédios de

luxos, alijando a população vulnerável economicamente de ocupar determinados bairros da cidade.

A “preservação ambiental” e “áreas de risco” têm sido apresentadas como categorias universais sobrepondo-se à dimensão do conflito em torno da apropriação dos territórios. Neste sentido, o propósito desta pesquisa foi estudar o espaço urbano como referência para a compreensão dos conflitos sociais relacionados à ocupação deste espaço e ao meio ambiente. O campo da técnica e da ciência vem sendo disputado pelos atores que estabelecem esta correlação de forças, atuando como um dispositivo de ação de aparência consensual, mas que constitui um espaço de lutas. Argumentos embasados pela técnica e pela ciência têm sido questionados originando contradiscursos, compondo uma arena de debates. Este processo demonstra o caráter sociopolítico que envolve o a questão ambiental e a caracterização de uma área como “risco” presente nos processos de remoção. Veremos adiante como ocorreu nos casos estudados.

2 | VILA AUTÓDROMO

Vila Autódromo era um assentamento localizado ao lado do Autódromo Nelson Piquet, próximo à Lagoa de Jacarepaguá, na Zona Oeste da cidade, área cobiçada para a construção de inúmeros empreendimentos imobiliários. Os moradores da localidade conviviam com a ameaça de remoção desde 1993, durante a primeira gestão do prefeito César Maia (1993-1997), quando o subprefeito de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, Eduardo Paes, posteriormente Prefeito por dois mandatos consecutivos (2009-2016), por meio de uma Ação Civil Pública, defendeu a remoção alegando que o assentamento causava “dano ao ambiente natural, urbano, estético e visual”.

No ano seguinte, o então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola (1982-1986/1990-1994) outorgou, através da Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro, a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) do terreno de sua propriedade para 85 famílias pelo período de 30 anos. Esta Concessão foi, mais tarde, em 1998, renovada pelo Governador Marcello Alencar pelo período de 99 anos, ampliando para o dobro de famílias beneficiadas anteriormente. Este fato deu alguma segurança às famílias que já haviam sofrido nova ameaça após as chuvas de 1996 que atingiram intensamente a cidade, sob a alegação de que estavam em “área de risco” (GTAPM, 2013:14).

Em 2011, uma Ação Civil Pública, movida pela Prefeitura, exigiu a demolição das construções existentes na faixa marginal de proteção da lagoa, estipulada por lei em 25 metros. O juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital julgou procedente, condenando os réus ao pagamento das despesas referentes à demolição. Neste mesmo ano, a Prefeitura encaminhou um ofício ao governo estadual, consultando sobre a possibilidade de revogação Termos de Concessão de Uso, não tendo sido atendida (Idem, 2013).

A escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar Megaeventos Esportivos fez com que moradores da Vila Autódromo fossem, novamente, alvo de políticas de remoção. A Barra da Tijuca, bairro limítrofe, local de crescente valorização imobiliária, receberia a maior parte dos investimentos e instalações para a realização dos jogos. O Projeto previa a desativação do Autódromo para construção do Parque Olímpico naquele espaço. Os moradores denunciavam que a mudança constante de pretextos e justificativas para a remoção ocultava o seu verdadeiro motivo: a cessão para o consórcio privado Odebrecht–Andrade Gutierrez–Carvalho Hosken de uma área de 1,18 milhões de m² na localidade, incorporando-a, dos quais 75% seriam destinados à construção de condomínios de alta renda.

A variedade de argumentos para justificar a remoção de Vila Autódromo mobilizava movimentos sociais e entidades, utilizando um repertório diverso que apontava a violação de direitos no processo de preparação da cidade para os Megaeventos, uma vez que parte da população não teve acesso aos processos decisórios, sendo alijada do seu direito à cidade, com a proposta de remoção. Por outro lado, os locais de construção dos conjuntos habitacionais que estavam recebendo essa população não eram isentos de risco. O terreno de construção do Parque Carioca para receber os moradores da Vila Autódromo foi considerado impróprio pelo parecer técnico do GTAPM (2013). Vê-se, portanto, que as justificativas baseadas em critérios técnico-científicos estavam longe de estabelecer consensos. Estes transitavam em uma trama sociopolítica explicitada em momentos críticos como a remoção, um emaranhado de relações que incluíram Prefeitura, Associação de Moradores, Defensoria Pública, mídia, empreiteiras, moradores, ativistas, midiativistas, parlamentares.

A elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo, um plano de urbanização com a participação dos moradores, assessorados por pesquisadores, professores e estudantes da UFRJ e UFF, dotados de técnicas e conhecimentos, transformou-se em um argumento poderoso de confronto com o poder municipal, uma vez que comprovava a viabilidade da permanência dos moradores no local. Todavia, a prefeitura não se comprometeu a realizar o plano. Em contrapartida, a Associação de Moradores convocou um grupo multidisciplinar formado por representantes de vários campos do conhecimento: Sociologia, Antropologia, Geografia, Engenharia, Arquitetura, Serviço Social e Planejamento Urbano. A partir da análise e da avaliação de fontes documentais, consultas à bibliografia e legislação, reuniões presenciais, comunicações realizadas com representantes de órgãos públicos (ITERJ e Caixa Econômica Federal – CEF), entrevistas e pesquisa de campo exploratória na Vila Autódromo e avaliação dos dados coletados, o grupo elaborou um parecer. Após apresentar aspectos da localização e da história da ocupação, assim como os conflitos que existiram com o Poder Público por anos, o grupo analisou aspectos presentes no processo de remoção, como a aquisição do terreno para a construção do Parque Carioca, que além de ter sido adquirido por um preço bem superior ao valor de mercado, apresentava risco

ambiental de grau médio e alto, devido à atividade mineradora que se desenvolveu ali até 2007, de extração de saibro e areia.

O grupo analisou também aspectos da vida social na Vila Autódromo, como as atividades econômicas exercidas que geravam renda para quem as desempenhava, como o comércio local: padarias, vendas, oficinas, entre outras, que não eram contempladas na proposta do Parque Carioca. Assim como também não eram contempladas as expressões da religiosidade local, como terreiro de umbanda no quintal de uma casa, centro de candomblé, templos evangélicos e católicos. Os impactos da remoção não estavam sendo observados sob a ótica dos moradores locais.

Quanto ao argumento ambiental, o parecer esclareceu que o Plano Popular era sensível à desocupação da margem da lagoa, prevendo solução de reassentamento no próprio local, compatibilizando a preservação ambiental com o direito à moradia, o que não justificava outra hipótese que levasse à remoção. Pelo contrário, o documento destacou que o argumento ambiental não deveria ser usado para segregar, afastando populações de áreas valorizadas.

Após uma análise detida de todos os pontos que envolviam a questão, o parecer concluiu que, pela variedade de argumentos insustentáveis e insistentes ao longo de tantos anos, somado à falta de diálogo entre os agentes municipais e a população, aquela parecia tratar-se, acima de tudo, de uma questão de “fundo político e econômico” cujo objetivo era beneficiar interesses privados de empresas beneficiadas pela crescente especulação imobiliária da região.

Por fim, o parecer acolheu e reconheceu o Plano Popular formulado pelos moradores como dotado de legitimidade, pela participação social em sua formulação, promovendo a urbanização da Vila Autódromo na medida em que poderia produzir efeitos sociais positivos no sentido de promover a maior integração entre a localidade e o entorno. Mais uma vez, o poder municipal não se sensibilizou acolhendo o plano, mantendo os seus propósitos remocionistas.

Vemos, portanto, que a categoria “meio ambiente” é mobilizada pelas diferentes partes em disputa. O debate público não se limita a posicionamentos pró ou contra o meio ambiente, mas como este aparece em diferentes concepções na luta política, ora para defender a remoção para preservar e evitar danos, ora para garantir a presença das comunidades nas localidades sob o argumento que o morador que integra aquele meio é agente de sua preservação e reprodução.

3 | HORTO

A Comunidade do Horto, localizada no bairro Jardim Botânico vem protagonizando um campo de disputas na luta contra a remoção que reacende de tempos em tempos. Em novembro de 2016, uma tentativa de reintegração de posse em uma ação ajuizada nos

anos 1980 deflagrou novamente tensão no local, provocando protestos e confrontos com a polícia militar que deixaram três moradores feridos por balas de borracha. Os moradores reivindicavam o direito de permanecer na localidade ocupada há décadas, enquanto a direção do Jardim Botânico alegava a necessidade do despejo das famílias para a ampliação da área de pesquisas.

Localizada atrás do Parque Jardim Botânico e fazendo parte de uma das áreas mais valorizadas e preservadas do Rio de Janeiro, cujo metro quadrado é também dos mais caros, encontra-se a comunidade do Horto Florestal. Diferentemente de sua vizinhança rica e elitizada, que inclui os bairros Jardim Botânico e Gávea, o Horto era à época constituído por pequenas casas, com cerca de dois mil moradores de baixa renda divididos em 620 famílias, na quais 339 possuíam um chefe de família de terceira idade.

A ocupação do Horto teve início ainda na época da colonização portuguesa com a existência um engenho de açúcar no século XVI. A mão de obra desse engenho era constituída por escravizados e indígenas, o que levou os primeiros habitantes à comunidade que posteriormente seria denominada Horto Florestal. Já no século XVIII, esse engenho se transformou em uma fazenda de café, acomodando mais habitantes escravizados para aquela região (Souza, 2012).

Com a criação do Parque Jardim Botânico, no século XIX, por D. João VI, seus trabalhadores tiveram permissão para estabelecer moradias no entorno. No final do século XIX, a instalação de fábricas na região atraiu famílias operárias para morar nas proximidades (Idem).

O Jardim Botânico era um bairro com perfil operário em fins do século XIX. Apesar da região ser considerada insalubre por causa da Lagoa Rodrigo de Freitas, com a instalação de fábricas na localidade, surgiram várias vilas operárias. No entanto, a região foi perdendo este perfil com a valorização da terra e a elitização dos seus moradores (CARRIS, 2018).

A localidade do Horto foi nomeada como Reserva da Biosfera pela UNESCO em 1991, em conjunto com o Parque Nacional da Tijuca e o Jardim Botânico. Este é um instrumento de conservação que visa proteger a natureza e as comunidades inseridas nesta relação. Tal reconhecimento explicitou a íntima relação existente entre os três territórios e como eles se complementam, cada qual com seu papel fundamental.

O Governo Federal, em 2006, como uma forma de atender o direito à moradia garantido pela Constituição Federal desenvolveu um projeto de regularização fundiária para aquele local. O projeto tinha como objetivo delimitar estritamente os espaços do parque e da comunidade. No entanto, a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico (AMAJB) resolveu, levar solicitar ao TCU – Tribunal de Contas da União – a suspensão do programa do programa de regularização fundiária, em 2013.

A decisão do TCU concedeu ao Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro o domínio dos 142 hectares, incluindo, portanto, a área do Horto Florestal. Como consequência, tal decisão previa a retirada de todos os moradores do Horto,

desconsiderando a história da comunidade e toda a relação que eles construíram com o local. O entendimento da gestão do Jardim Botânico era que a permanência da comunidade no local defrontava seu dever principal de preservar e manter a biodiversidade. Assim, para que prevalecesse os direitos ambientais, a área ocupada pelo Horto se fazia necessária.

Havia também a alegação que a comunidade gerava insegurança no local. No entanto, relatos dos moradores do Horto e dos funcionários do Jardim afirmavam que o argumento da insegurança era totalmente inaplicável e utilizado apenas para criminalizar a comunidade. Ressaltavam que os funcionários do parque podiam estacionar seus carros e andar tranquilamente pelas poucas ruas e nunca foi visto qualquer ato de ilegalidade no local. O Horto era um lugar de tranquilidade e paz, se diferenciando da maioria dos lugares na cidade.

Os moradores enfatizavam que os argumentos utilizados para remoção de sua comunidade eram falhos e insustentáveis, não escondendo suas reais origens. A justificativa de dano ambiental assegurava que a presença de casas naquele local gerava impactos que prejudicava a restauração florestal. No entanto, contra-argumentavam que muitas casas de luxo localizadas na mesma região acarretavam problemas muito maiores do que pequenas casas datadas em mais de um século.

O condomínio Canto e Mello, por exemplo, construído na década de 1980, possuía uma parte localizada dentro da área do Jardim Botânico. Ao invés de requerer sua reintegração de posse, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro regularizou o condomínio em troca do pagamento de uma multa ambiental. (GUIMARÃES; PINTO, 2019).

Para a permanência do condomínio, os argumentos utilizados no processo não foram muito diferentes do caso do Horto. Aliás, eles foram exatamente os mesmos, já que o Tribunal decidiu não demolir as mansões, pois as famílias “não teriam onde morar”. Nesse caso, foi ratificado que, segundo a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade, devia-se assegurar o direito de moradia dos cidadãos como Concessão de Uso Especial para fim de moradia para ocupantes particulares de áreas públicas. Com essa decisão, não houve nenhum ministro ou diretor para reivindicar a posse sobre as terras da União.

A decisão tomada pelo Tribunal de Justiça revelava que a justiça tratava de maneira diferenciada as pessoas de acordo com seu padrão de vida e a lei servia a quem possuía maior poder. O Horto não estava ameaçado de remoção por causar dano ambiental ou mesmo por estar em propriedade pertencente à União, e sim porque ele era composto por pessoas pobres que não deviam ter o direito de morar em um terreno numa área tão valorizada da cidade.

4 | A FAVELA COMO PROBLEMA

Toda essa questão abordada nos itens anteriores reporta a uma concepção de favela como problema, onde a remoção é apresentada como solução para resolvê-lo. A ocupação

informal, espontânea e consentida de espaços urbanos na cidade do Rio de Janeiro remonta às décadas finais do século XIX, diante do aumento populacional e consequentemente da demanda por moradia. O Rio passava por um processo de expansão demográfica, crescimento industrial e do setor de serviços, crescimentos dos transportes e circulação, ampliação dos setores ligados à construção civil e obras em geral e intensificação da política de migrações em função do surgimento de um mercado de trabalho livre (GONÇALVES, 2013). As camadas populares se concentravam próximo ao Centro, onde se localizava todo o comércio da cidade, o porto, as indústrias manufatureiras. Isso provocava um adensamento desta área, pela proximidade ao local de trabalho e consequentemente, uma aglomeração nos espaços disponíveis de moradia para esta camada, cujo valor estivesse ao seu alcance pagar.

A imensa demanda por moradia e a sua solução nas habitações coletivas, todavia, esbarrava numa outra questão: a insalubridade. Essas habitações eram combatidas intensamente pela administração municipal que aplicava políticas rigorosas para promover a sua erradicação. Assim, se as medidas resolviam o saneamento, faziam aumentar outro problema: o da demanda por moradia. Eram erradicados os cortiços, mas não havia nenhuma forma de oferecer moradia barata a essas populações. As populações despejadas ou iam para o subúrbio ou buscavam moradia nos prédios restantes. O discurso médico-higienista, no qual o poder municipal deveria intervir para solucionar o “problema” das habitações anti-higiênicas, recaía sobre os cortiços, que eram considerados o *locus* da pobreza urbana, pois ali residiam, além de trabalhadores, uma grande quantidade de pessoas caracterizadas como “vadios” e “malandros”(VALLADARES, 2000). Mais tarde, a identificação do *locus* da pobreza foi sendo transferida para as favelas. Somando-se a esse pensamento higienizador da cidade, surge na década de 1920 uma nova concepção de cidade: o urbanismo.

O discurso urbanista visava uma cidade remodelada, embelezada e, para isso, planejada. Tal discurso era encampado por médicos e engenheiros que já exerciam um importante papel na política municipal, e que, portadores de uma concepção positivista de ciência, iam além das preocupações de ordem técnica, buscando soluções também para os problemas de ordem social. Assim, a medicina e a engenharia problematizaram a favela, caracterizando-a como doença, moléstia contagiosa, patologia social que precisava ser combatida a partir de intervenções na cidade para “corrigir” as deficiências do corpo urbano (IDEM). A legislação urbanística no Rio de Janeiro contribuiu para consolidar a ideia de que era necessário ‘limpar’ as regiões centrais de suas classes populares, processo que foi implementado pelas sucessivas reformas urbanas na primeira metade do século XX. A relação entre a derrubada dos cortiços e a ocupação de morros pela população expulsa dessas habitações fez, segundo o autor, com que a resposta estatal a essas ocupações fosse semelhante aos princípios aplicados aos cortiços. Segundo o autor, documentos demonstram que eram feitas concessões às ocupações informais e irregulares diante da

crise habitacional por que passava a cidade, contraditando a ideia de que habitantes das favelas eram “invasores” de propriedade alheia como comumente é apresentado pelos que problematizam as favelas (GONÇALVES, 2013).

As favelas foram incluídas pela primeira vez em um plano para o Rio de Janeiro, com o projeto do urbanista francês Alfred Agache, em 1927. O então prefeito da cidade Antônio Prado Júnior convidou Agache para elaborar um projeto urbano onde a cidade seria integrada como um todo, um sistema, um corpo. Este plano previa a erradicação das favelas as quais Agache referia-se como “lepras” e “chagas”. Assim, ele justificou erradicação como solução para a ordem social e a segurança pública e para a higienização da cidade, além de promover o “embelezamento estético”. Todavia, o elevado custo financeiro e a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, contribuíram para que projeto Agache fosse arquivado (GONÇALVES, 2013).

O governo de Carlos Lacerda (1960-1965) iniciou um programa de remoções na cidade do Rio de Janeiro em proporções jamais vistas. O objetivo do programa era eliminar as favelas, transferindo as suas populações para outros locais com a construção de vilas populares. Para a sua realização, foi criada a COHAB em 1962 que construiu as Vilas Kennedy, Aliança e Esperança, localizadas em Senador Camará, Bangu e Vigário Geral, respectivamente, regiões distantes do centro da cidade. Estas vilas receberam posteriormente moradores removidos de 12 favelas da cidade (VALLADARES, 1978). Entretanto, a política habitacional implementada não obteve o êxito esperado pelo programa remocionista. Se por um lado, chegou a erradicar várias favelas como a Praia do Pinto, Catacumba, entre outras, seu impacto geral sobre o número de favelados foi mínimo e muitos removidos para os conjuntos habitacionais acabaram retornando para as favelas. Neste período houve crescimento das favelas remanescentes e outras favelas surgiram nos espaços vazios. Isso se deve a vários fatores como aumento do custo e tempo gasto com o transporte, queda de renda familiar com desemprego, e elevação das despesas com a habitação (VALLADARES, 1978).

Márcia Leite (2012b), em análise sobre as políticas de segurança pública implementadas pelos últimos governos estaduais explicita que a demanda por ordem pública traduziu-se em uma exigência por “mais segurança” que apoiou e justificou políticas de segurança pública que não contemplavam direitos civis dos favelados. A autora ressalta que a visão da favela como o espaço da não cidadania somada à situação de guerra no combate ao tráfico penaliza os seus moradores, reforçando o estigma sobre essas localidades. As fronteiras territoriais, sociais e morais que delimitam as favelas como espaços diferenciados, foram reforçadas pela renovação das propostas de remoção das favelas das áreas “nobres” da cidade e com a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), alocando grandes efetivos policiais nas entradas desses territórios e introduzindo formas diversas de vigilância e limitação do trânsito de seus moradores pelos bairros.

Nos últimos anos, alguns eventos têm trazido à tona a temática das remoções de favelas, recolocando-as na agenda pública, como os desabamentos ocorridos em algumas favelas em razão de fortes chuvas de 2010. Anteriormente, a realização dos Jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro em 2007 criara um contexto propício à reordenação da cidade, com a promoção de remoções em determinadas localidades, como o Canal do Anil (LOURENÇO, 2008). Mais recentemente, a reestruturação da cidade para a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 tem provocado novos conflitos localizados de maior magnitude que os citados anteriormente, com inúmeros casos de remoção em virtude das obras para a construção de equipamentos destinados à realização desses eventos (LEITE, 2012a).

Levantamento elaborado pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro apresentou o seguinte quadro: A literatura tem apontado que o que vem sendo designado por *contexto de grandes eventos* traduz a construção do Rio de Janeiro como uma *cidade de negócios* através da substituição do planejamento urbano moderno por processos “*city marketing*” na qual a cidade passa a ser vendida como uma mercadoria e administrada como uma empresa (HARVEY, 1996; VAINER, 2002; LEITE, 2012). O modelo cidade empresa vem sendo implementado no Rio de Janeiro desde a década de 1990, na primeira gestão do Prefeito César Maia (1993-1997), com a elaboração do Plano Estratégico de inspiração e assessoria catalã, seguindo a trajetória de Barcelona como cidade olímpica (VAINER, 2002). Dessa forma, um dos principais objetivos dos governos locais passa a ser “vender a cidade”, transformá-la em uma mercadoria aceita e desejada. A cidade vendida compete com outras tantas pelos investimentos, atração de indústrias, negócios e força de trabalho. Assim, devem se adequar aos padrões de exigência do mercado. Isso representa uma mudança de paradigma que acarreta desdobramentos políticos no que se refere ao conjunto da cidade e do poder local. Esta vem sendo uma proposta que diminui as possibilidades de participação cidadã no espaço público no que se refere a construção da cidade. O Poder Público subordina-se aos interesses e exigências do capital internacional e local. Neste contexto, as remoções vêm atender a requisitos estéticos e funcionais de uma cidade para ser oferecida como mercadoria, submetendo a produção da cidade a interesses de mercado quase sempre dissonantes da vida local. No Plano Estratégico de Governo lançado em dezembro de 2009, a Prefeitura apresentou a redução de 3,5% das áreas ocupadas por favelas na cidade, correspondendo, em metros quadrados, ao bairro do Leblon. O documento listava 119 favelas que seriam removidas até o final de 2012 por estarem “em locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos”. Nesta lista constavam a Favela do Metrô, vizinha ao Estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã), e a Vila Autódromo, ambas diretamente afetadas pelas obras de preparação para os megaeventos esportivos (GTAPM, 2013).

Leite (2012a) analisa o processo de reconfiguração da cidade do Rio de Janeiro como cidade de negócios compreendendo-o como um amplo processo que atua sobre

os territórios e populações articulando a modernização do espaço urbano, a gestão das favelas e áreas pobres da cidade, a valorização imobiliária.

A modernização do espaço urbano tem ocorrido com a abertura de vias expressas, como a construção da Transcarioca e da Transolímpica, integrando-as à malha rodoviária existente; com a construção de equipamentos urbanos seja para a realização dos Megaeventos Esportivos, como a reforma do Estádio do Maracanã ou construção do Parque Olímpico, ou para o embelezamento e atração turística.

A gestão sobre as favelas e áreas pobres tem se caracterizado por seu aspecto higienizador, com a promoção de projetos de remoção que afastam seus habitantes de áreas centrais e mais bem servidas com infraestrutura urbana para áreas periféricas da cidade. O outro lado dessa política de reestruturação da cidade para os grandes eventos é torná-la uma “cidade segura”.

A criação das UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora – pretende reduzir a violência nas localidades dominadas por grupos de tráfico de drogas. Essas favelas “pacificadas” tornam-se mais atrativas para viver e conseqüentemente mais valorizadas, com os processos de regularização fundiária e formalização dos serviços de fornecimento de energia, água, saneamento, pavimentação que acarretam custos maiores dos impostos e serviços, aluguéis mais caros etc.

Processos de intervenção como estes tem provocado intensa valorização imobiliária que tem acarretado o aburguesamento/enobrecimento de determinadas áreas como a região portuária, a Lapa e Guaratiba, que passaram por projetos de revitalização ou as favelas que tiveram UPPs implantadas. Isto tem provocado o afastamento e expulsão daqueles que não conseguem arcar com os custos altos da vida no local, caracterizando a *remoção branca* de seus moradores, decorrente da impossibilidade financeira de se viver então nesses locais (LEITE, 2012a).

Assim, os projetos de reordenação da cidade com a construção de equipamentos urbanos e esportivos para a realização dos jogos identificam as fronteiras abertas à valorização imobiliária como objeto de projetos de infraestrutura urbana e viária, promovendo uma valorização ainda maior da área, desde que os “pobres” sejam removidos desses locais. Este processo vem sendo designado como “gentrificação”, termo empregado para retratar a mudança do aspecto de um bairro, mudando também o perfil de seus ocupantes devido à valorização dos imóveis (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

Diante de todo este contexto de relação da cidade com estes espaços de habitação popular, como o meio ambiente, associado à técnica e a à ciência entra no debate público através dos argumentos para remover e da emissão dos laudos técnicos. Contudo, tais medidas vêm sendo problematizadas pelos atores que questionam a validade dos laudos, a competência técnica de quem os produziu, a desconsideração das questões sociais envolvidas no processo.

51 CONCLUSÃO

A análise do processo histórico na cidade do Rio de Janeiro nos mostra uma relação por vezes tensa entre governos e ocupações informais, levando a deslocamento de moradores. Este processo de construção da cidade espelha as relações sociais fazendo do espaço urbano uma reprodução do espaço social hierarquizado, configurado pelas desigualdades econômicas. Vê-se, portanto, que a construção da cidade, fruto das relações sociais, acontece de forma a atender a muitos interesses no processo de ocupação urbana ensejando esta disputa pelo território. Os argumentos técnico-científicos são lançados comumente com uma pretensão de autoridade e neutralidade, ocultando a luta política e a disputa pelo território. O que está em questão não é a ocupação de um espaço específico, e sim de todo um ordenamento socioespacial que hierarquiza a ocupação do espaço urbano, destinando áreas mais valorizadas para determinadas camadas sociais, enquanto os que não possuem recursos econômicos suficientes para habitar o local são afastados para áreas mais distantes, ocupando terras menos valorizadas.

Analisamos as justificativas técnico-científicas para o deslocamento das famílias e observamos que estes argumentos transitam em uma trama sociopolítica formada por um emaranhado de relações que incluem Poder Público, Associação de Moradores, Defensoria Pública, mídia, empreiteiras, moradores, ativistas, midiativistas, universidades, parlamentares, igrejas etc. Observa-se que os argumentos mobilizados no campo da ciência e da técnica traduzem a multiplicidade das disputas políticas engendradas pelos diferentes atores nesta relação, compondo um campo de forças (THOMPSON, 1987) na disputa pelo espaço urbano. Vila Autódromo e Horto localizam-se em áreas de intensa valorização da terra nos últimos anos, o que atrai a especulação imobiliária.

A caracterização de dano ambiental não condiz com as práticas locais de ocupação para a construção de condomínios e prédios de luxo. Por outro lado, moradores afetados, ativistas, entidades e associações têm demonstrado uma resistência dotada de uma plasticidade capaz de criar e recriar ações de acordo com as intervenções propostas pelo Poder Público, no sentido de considerar os processos sociais de ocupação como ações legítimas e que devem ser reconhecidas pelos demais agentes. Dessa forma, verifica-se que a lógica de caracterização do dano ambiental é variável de acordo com a situação.

Assim, a resistência articulada com agentes do campo do conhecimento científico inseriu no debate contradiscursos capazes de desconstruir o caráter de autoridade científica dos discursos remocionistas. Atores que se apropriam de argumentos também técnico-científicos para resistir ao processo de afastamento das áreas valorizadas que vem acontecendo. Desta forma, a técnica e a ciência não apresentam soluções consensuais na medida em que seus laudos são questionados e novas respostas são elaboradas com base também na técnica e na ciência em um processo de legitimação/deslegitimação engendrado pelos atores, compreendendo o campo técnico-científico como um campo de disputas onde se trava uma batalha pela ocupação da terra.

REFERÊNCIAS

ASCELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

BOLTANSKI, Luc. **El Amor y la Justicia como competencias: Tres ensayos de sociología de la acción**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2000.

BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. In : BORDIEU, P. (org.) **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BURGOS, Marcelo Bauman. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. Em: Zaluar, Alba; Alvito, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CARRIS, Luciene. **Memórias do bairro operário do Jardim Botânico e a evolução urbana do Rio de Janeiro**. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 15, 2018, Rio de Janeiro/RJ.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro – História e Direito**. Rio de Janeiro, Pallas; Editora PUC, 2013.

GTAPM – Grupo de Trabalho Acadêmico Profissional Multidisciplinar. **Parecer Vila Autódromo**, Rio de Janeiro, julho de 2013.

GUIMARÃES, Virgínia Totti; PINTO, Paula M. B. Racismo Ambiental e aplicação Diferenciada das normas ambientais: uma aproximação necessária entre os caso da comunidade do Horto Florestal e do Condomínio Canto Melo (Gávea/RJ) in Revista **Desigualdade e Diversidade**, nº 17, pp 86 -106, 2019.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates, NERU**, n. 39, p. 48-64, 1996.

LEITE, Márcia Pereira. Las ciudades de La ciudad de Rio de Janeiro: reestructuración em el contexto de lós “grandes eventos”. **Revista Proposta, FASE**, n. 125, 2012a.

_____. Da “Metáfora da Guerra” ao Projeto de “Pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, vol. 6, n. 2, p. 374-389, 2012b.

LOURENÇO, Ana. C. M. P. **“Vila Autódromo: uma comunidade pacífica e ordeira desde 1967” – a construção da remoção como um problema público**. Tese de Doutorado. PPCIS/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MAGALHÃES, Alexandre. O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, v. 19, n. 40, p. 89-118, 2013.

SOUZA, Laura Olivieri C. **Horto Florestal: um lugar de memória na cidade do Rio de Janeiro. A construção do Museu do Horto e seu correspondente projeto social de memória**. Rio de Janeiro, 2012. 219 p. Tese de Doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. A origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-103.

VALLADARES, Licia do Prado. A Gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 44, out. 2000.

_____. **Passa-se uma Casa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

RAQUEL BALLI CURY - É licenciada em Estudos Sociais (1990) e História (1991) pelo Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba- FEIT/ISEPI, possui bacharelado em Direito pelo Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba- ISEPI- Campus UEMG (2003). Especialista em História do Brasil (1996) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- PUC/MG. Especialista em Gestão de Memória Arquivo, Patrimônio e Museu (1998) pela Escola Guignard - Campus UEMG. Mestre em Geografia, pela FACIP-UFU- Campus Pontal (2018). Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG- Unidade de Ituiutaba desde 2014. Atua no curso de Direito nas seguintes disciplinas: Direitos Reais, Direito Internacional Público e Privado, Ética Profissional e Estatuto da OAB e Responsabilidade Civil. Lecionou também no curso de Pedagogia da UEMG- Unidade de Ituiutaba, as disciplinas: Conteúdo e Metodologia de História I e II, Conteúdo e Metodologia de Geografia I e II. É professora da Educação Básica, no Ensino Fundamental II, na rede privada no município de Ituiutaba, nas disciplinas História e Arte. Implantou e coordenou o CEMAI-Centro de Memória e Arquivo Institucional da Fundação Educacional de Ituiutaba- FEIT (2001-2007). Foi professora e coordenadora de Pesquisa e Extensão da Faculdade Triângulo Mineiro – FTM (2012-2018), professora da Fundação Educacional de Ituiutaba – FEIT/ISEPI, nos cursos de História (1996-2008), Pedagogia (2008-2014) e Direito (2010-2014). Possui experiência em docência no ensino básico e superior, em trabalhos técnicos, culturais e organização de eventos.

FERNANDA PEREIRA MARTINS - É Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (2010). Em 2014 obteve o título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, com discussões no campo da Pedologia e Geomorfologia em áreas úmidas de Chapada. No ano de 2018 concluiu o Doutorado em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, no qual se dedicou ao estudo da evolução de longo termo das paisagens de chapadas no Brasil, bem como às discussões no campo da legislação ambiental e proteção dessas geoformas. Trabalhou em projetos para o Ministério Público de Minas Gerais, auxiliando em levantamentos de campo e discussões sobre a “guerra” entre o capitalismo e proteção ambiental. Atualmente se dedica ao ensino de Geografia e estudos no campo da Educação, Geomorfologia, Pedologia e Meio Ambiente.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abelhas 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104
Aeronáutica 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233
Airehg 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69
Alojamento Local 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184
Amazônia Sul-Occidental 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210
Arrendamento 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 232, 234, 235, 236, 237, 238
Aulas 4, 5, 6, 7, 9, 14, 15, 16, 40, 42, 43, 45, 48, 53, 55, 196

B

Biogeografia 95, 104

C

Capitalismo 49, 51, 135, 136, 140, 144, 181, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 256, 258
Categorias Geográficas 21, 23, 25
Cidades Médias 135, 140, 144, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 211
Ciência 9, 15, 20, 23, 24, 27, 32, 35, 36, 38, 43, 48, 54, 57, 67, 68, 72, 92, 93, 135, 243, 244, 246, 251, 254, 255
Cinema 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 196
Conceitos 16, 21, 23, 24, 25, 27, 29, 32, 33, 34, 50, 134, 173
Conflito Urbano-Ambiental 243, 244
Criticidade 23, 33, 153, 155, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171

D

Defesa 105, 106, 108, 110, 113, 114, 181, 228, 229
Deficiência Hídrica 72, 75, 84, 87, 90, 91, 92
Deficiência Visual 35, 36, 38, 39

E

Educação Básica 2, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 21, 25, 32, 258
Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 50, 55, 56, 123, 231, 232, 258
Espaço Urbano 115, 131, 135, 144, 146, 182, 189, 212, 217, 218, 224, 225, 243, 244, 246, 254, 255
Evapotranspiração 72, 75, 76, 81, 82

Excedente 72, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 190

G

Gentrificação 173, 175, 181, 182, 184, 240, 254, 256

Geoestratégia 105, 110, 112, 114

Geografia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 92, 93, 95, 98, 114, 115, 116, 133, 140, 144, 153, 159, 171, 172, 173, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 210, 227, 240, 247, 258

Geopolítica Energética 105, 108, 113, 114

Geoprocessamento 153, 154, 160, 171, 172

H

Habitação Social 234, 235, 236, 237, 239, 240

I

Identidade 7, 25, 28, 29, 145, 147, 149, 212, 213, 214, 216, 225

Impactos Socioambientais 58, 59, 62, 66, 67, 69, 71

Inclusão 35, 36, 37, 38, 40, 41, 127, 129

Infraestrutura 1, 9, 10, 105, 115, 116, 118, 129, 130, 132, 137, 158, 171, 218, 221, 229, 245, 254

Iniciação à Docência 1, 2, 5, 8, 10, 11, 44

Investimento 10, 137, 173, 175, 176, 179, 181, 182, 227, 228, 229, 230, 232, 237, 239, 240

L

Literatura Infantil 13, 14, 15, 16, 20

M

Meio Ambiente 6, 57, 58, 64, 65, 67, 69, 70, 73, 105, 116, 153, 154, 155, 160, 188, 193, 195, 225, 244, 246, 248, 254, 258

P

Petróleo 105, 106, 107, 110, 111, 113, 114

PIBID 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 42, 44, 53

Planejamento 4, 5, 6, 8, 16, 19, 42, 44, 45, 53, 55, 73, 77, 91, 92, 118, 132, 154, 172, 247, 253, 257

Polarização 183, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 208, 209

Políticas de Habitação 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241

Políticas Urbanas 173, 174, 176

Pós-Modernidade 186, 187, 189, 191, 197

Produtos Químicos 153, 154, 156, 158, 163

R

Regiões Brasileiras 13, 14, 15, 16, 17, 200

S

Sala de Aula 7, 10, 17, 18, 23, 26, 27, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 53, 54

Seminário 11, 40, 42, 45, 46, 50, 52, 53, 54, 133, 152, 256

T

Técnica 20, 45, 46, 47, 48, 55, 56, 135, 158, 243, 244, 246, 251, 254, 255

Transporte Rodoviário 154, 158, 170, 171, 172

INTERCONEXÕES: SABERES E PRÁTICAS DA GEOGRAFIA

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

INTERCONEXÕES: SABERES E PRÁTICAS DA GEOGRAFIA

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 